

Engie

Proposta indecente

É o mínimo que se pode dizer da proposta apresentada na rodada de negociação realizada dia 24 de novembro pela diretoria da ENGIE, em resposta à pauta dos/as empregados/as.

No pacote de “maldades” apresentado o destaque, sem dúvida, foi o índice de 5% para reajuste dos salários e do vale alimentação, pouco mais da metade da variação do INPC de 11/15 a 10/16, período da data base, que foi de 8,5%. Exatamente a metade se considerarmos a inflação média do período que foi de 10,04%, índice real da corrosão dos salários e do valor dos benefícios. Pela proposta da empresa o valor facial do vale alimentação iria para R\$ 53,00.

Lembramos que o reajuste reivindicado é de 11% e o valor do vale solicitado é de R\$ 56,00.

Como miséria pouca é bobagem, o pacote foi além das questões econômicas com a empresa propondo retirar o plano de saúde dos atuais empregados afastados por invalidez e descontar da PLR as ausências por doença.

Uma nova reunião deve acontecer nas próximas semanas onde se espera que a empresa volte atrás em sua proposta indecente e insensível, apresentando os avanços necessários para aprovação da proposta nas assembleias.

“Não aceitamos discutir nada menos que a inflação e não aceitamos nenhum retroces-

so nas conquistas históricas”, ressaltou Zeloir Guimarães coordenador de negociação da Intersul.

Quanto vale a experiência dos gerentes?

Há três anos atrás conseguimos convencer a empresa que era injusto os gerentes não terem promoção por antiguidade. Um avanço significativo, ou pelo menos deveria ser. Inspirada no negativismo, tônica da proposta, a empresa informou que aplicaria em janeiro de 2017 somente 0,5% a título de antiguidade.

Com certeza uma grande decepção para todos que aguardavam, alguns há mais de 12 anos, o reconhecimento da experiência acumulada e muito bem aproveitada pela ENGIE.

É no mínimo desrespeito para com quem tem contribuído, no conjunto de empregados/as para a ENGIE ser a maior e mais rentável empresa privada de geração no Brasil e uma posição de destaque no grupo.

Argumentos fracos e incoerentes.

No próximo boletim da Intersul serão divulgados e analisados os argumentos da empresa para apresentar uma proposta tão longe, para menos, daquela esperada por seus ainda dedicados empregados/as.

Esses argumentos são inconsistentes e desprovidos da necessária coerência com os resultados da empresa.

Reconhecer e Valorizar: Agora é a Hora!



A Eletrosul está falida????

Conhecido colunista do Grupo RBS publicou em sua coluna a informação de que a Eletrosul estaria falida, citando ainda a reunião ocorrida entre trabalhadores e trabalhadoras com o presidente da Eletrobras Wilson Pinto Jr. Na oportunidade o presidente da Eletrobras não fez nenhuma referência à suposta saúde falimentar da empresa anunciada pelo colunista. A fonte da informação, portanto, é desconhecida e temerária, haja vista uma implícita intenção em prejudicar a empresa junto aos seus diversos públicos e enfraquecê-la institucionalmente. Mas com qual objetivo alguém ou alguéns faria(m) isso? De onde partiu a informação?

Dois dias depois o mesmo colunista publicou outra nota dizendo que a situação da empresa está sob controle e que sua dívida de R\$ 2 bilhões com a Eletrobras será reduzida com a transferência de ativos. Não é difícil perceber que as informações de uma coluna não excluem as constantes na outra. A possível mediação realizada junto ao colunista atenuou uma suposta informação errada publicada, mas não desfez o estrago causado. Não se viu qualquer retratação ou errata por parte do colunista ou de seu grupo jornalístico, o que poderia melhor anular o efeito negativo da primeira informação. O que fica de lamentável nesse fato é a pérfida informação repassada ao colunista, assim como sua conduta jornalística que protege a fonte e não averigua com clareza a informação.

Em tempos de raso jornalismo investigativo, muito mais próximo da expressão “jornalismo fast-food” citada em livro pelo respeitado jornalista catarinense Mário Pereira, tal fato apenas corrobora para a realidade distorcida e prejudicial a milhares de pessoas que temos assistido ultimamente.

A opinião pública mereceria ser informada, por exemplo, de que uma EMPRESA PÚBLICA se diferencia de uma privada justamente porque cumpre um papel social que é o de fornecer energia a todos, sem distinção e sem foco fundamental no lucro acima de tudo. Colunistas, jornalistas e grupos de comunicação deveriam estar mais comprometidos com o bem-estar da população e menos com prenúncios de falsa tragédia trazidos na calada da noite por cavaleiros do apocalipse vestidos conforme a marca ou mercado.

Celesc

Horário especial de verão - Linha Viva

Na quarta feira, dia 23 de novembro, a Intercel reuniu-se com o Diretor de Distribuição, James Giacomazzi, para tratar da aplicação do Horário Especial de Verão das equipes de Linha Viva da Celesc.

O horário especial é uma conquista dos trabalhadores ao mesmo tempo que uma proteção à saúde e a segurança destes profissionais. O calor extremo e a sensação térmica no ambiente de trabalho, que muitas vezes chega a ultrapassar os 50°C, a exemplo das subestações, exige um tratamento diferenciado para estas equipes. Além das luvas, coberturas e roupas especiais que colaboram com o aumento da temperatura corporal é necessário considerarmos as características do trabalho de Linha Viva, que expõe o empregado ao sol por mais tempo.

Além de óbvio para quem conhece o trabalho das equipes, tudo isso já foi bastante debatido na empresa. Mesmo assim o Horário Especial de Verão sofre com o preconceito. Ano após ano os empregados e os sindicatos enfrentam a criatividade das chefias, que fazem de tudo para não cumprir o acordo. Em alguns casos desmontam as equipes, em outros forçam uma interpretação errada do acordo.

Para evitar estes problemas, esse ano, foi acordado que o horário especial para as equipes de distribuição será obrigatoriamente de 6 horas diárias, entre 01/12/2016 e 31/03/2017. Já para as equipes da SPSL (Supervisão de Subestações e Linhas), devido as diferenças na rotina de trabalho, foi necessário destacarmos algumas exceções. Inspeções, trabalhos fora das regionais, dias de trabalho em redes desligadas e emergências. Por isso já foram



realizadas duas reuniões entre a Diretoria de Distribuição e a Intercel, sendo que hoje, 01 de dezembro, ocorrerá a última reunião para conclusão da discussão. Ainda existem pequenas divergências, entretanto a ideia é que se resolvam todos os impasses com a diretoria para que não apareçam problemas na aplicação do acordo que entra em vigor hoje.

Referência Nacional

A Eletrosul foi a empresa com melhor desempenho e a única a atingir a mais alta classificação pela Aneel, em ranking aferido por meio de indicadores associados à qualidade do sistema de transmissão. Na gestão dos ativos pertencentes à Rede Básica, a Eletrosul apresenta indicadores operacionais de transmissão superiores a 99,9% de disponibilidade.

Até 2018, a Eletrosul irá implantar mais de 2 mil quilômetros de linhas no Mato Grosso do Sul e, principalmente, no Rio Grande do Sul, além de oito novas subestações e ampliações de 16 unidades existentes. Desde 2013, a Eletrosul registra a operação plena de cinco hidrelétricas, com total de 522,5 MW de potência instalada. Em geração eólica é a maior investidora da região Sul e um dos maiores players do país. Em 2015 teve reconhecimento em diversas áreas como o Troféu Transparência; Selo de Pró-equidade de Gênero e Raça; Melhores e Maiores da Revista Exame e Prêmio Empresa Cidadã. No ano passado, obteve receita líquida de R\$ 1.429 milhões, atendendo 30 milhões de pessoas.

Eletrobras:

PLR 2015 ainda em discussão

O impasse criado pela Eletrobras sobre a parte controversa da PLR continua e por isso os trabalhadores ainda não receberam a PLR 2015 na sua totalidade.

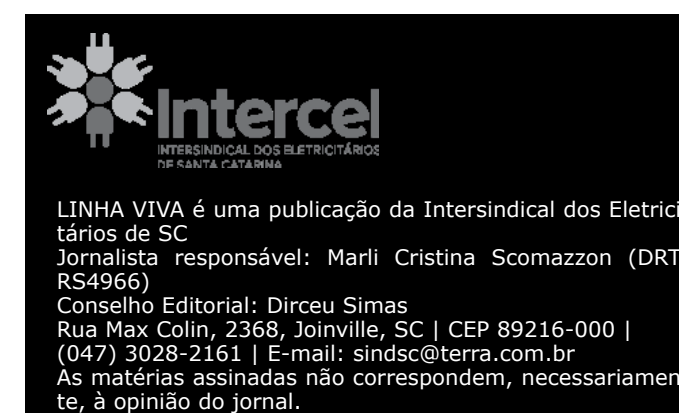
Num encontro informal acontecido semana passada entre o CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários) e um assessor ministerial do TST (Tribunal Superior do Trabalho) foram niveladas as informações para que o tribunal possa conduzir uma audiência de mediação com a empresa, conforme solicitação do CNE.

Segundo ata de mediação do dissídio de greve, acordada com o TST em 2014 foi formada uma comissão paritária (empresa e CNE) que deveria estabelecer premissas para o pagamento da PLR de 2015, 16, 17 e 18. Foram oito reuniões e no decorrer deste processo a Eletrobras subverteu o espírito da proposta negociada e aprovada pelos trabalhadores, criando exigências que não constavam no acordo firmado com o TST. Essa divergência criou a parte controversa da PLR que agora está em discussão.

O CNE quer que a audiência de mediação no TST ocorra até dia 19 de dezembro para que o pagamento da PLR seja realizado de acordo com a legislação vigente, ou seja, em 2016.



Não perca a chance: últimos dias para participar do 9º Concurso Conto e Poesia. Para maiores informações e acessar ficha de inscrição vá para <http://www.sinergia.org.br/paginas/noticia/72>



Argumentos para terceirizar não se justificam

ECON. SAMYA CAMPANA, DRA. (SUBSEÇÃO DO DIEESE DOS ELETRICITÁRIOS DE SC)
ECON. TAMARA SIEMANN LOPES (SUBSEÇÃO DO DIEESE DOS TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO DE SC)

Nos últimos anos, governos e empresas vêm desembolsando muito com a terceirização. A mão de obra terceirizada cresceu no país mais do que os trabalhos diretos: segundo o IBGE, o trabalho terceirizado empregou mais de 1,5 milhão de pessoas entre 2009 e 2010. E em 2012, quando havia 37 milhões trabalhadores formais – vale dizer, com carteira assinada –, 22,2% desse total – ou seja, 8,2 milhões – eram trabalhadores empregados em empresas prestadoras de serviços especializados.

Um exemplo do crescimento dos gastos com a terceirização, para a administração estatal, vem dos números referentes aos elementos da despesa para o Estado de Santa Catarina: 34 - Outras Despesas com Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização; 35 - Serviços de Consultoria; 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; 37 - Locação de Mão de Obra e; 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Entre 2012 e 2015, considerando-se o somatório desses elementos, temos que a dotação orçamentária em termos reais (ou seja, descontando-se a inflação média do período e atualizando-se os montantes a preços de 2015) aumentou 149%, passando de cerca de R\$ 1,614 bilhão em 2012 para R\$ 4 bilhões em 2015. Já o valor pago em termos reais aumentou 105%, passando de cerca de R\$ 730 milhões em 2012 para cerca de 1,493 bilhão em 2015 (considerou-se os restos a pagar em 2016). Não há nenhuma justificativa econômica para crescimento estratosférico em tão pouco tempo. Pagamos cada vez mais e um preço alto pelos serviços terceirizados. Quem estaria “lucrando” com isso e com esse grande aumento em espaço tão curto de tempo?

Estamos, aqui, mencionando apenas custo direto do Estado com contratos de terceiros, sem ainda considerar os custos ocultos e danosos com os quais o Estado tem que arcar devido à má realização dos serviços prestados por esses contratos: de retrabalho, de multas recebidas, referentes a passivos trabalhistas e cíveis, aos acidentes de trabalho e mortes. Quem paga por tudo isso, senão a sociedade?

Quando o Estado exerce o papel de “terceirizador”, o debate sobre terceirização deve ir além dos prejuízos geralmente citados como o rebaixamento salarial e as piores condições de trabalho. É importante avaliar também os impactos de o bem público ser efetivado por entes privados que visam o lucro, ou, ainda, a respeito das vias de corrupção por meio da contratação de empresas terceirizadas e de agentes descompromissados, apadrinhados, protegidos, etc. que são os braços operantes de desvio/ou mau uso do dinheiro público.

Um dos poucos mecanismos de controle e garantia da eficiência e demais premissas que devem nortear os serviços e interesses públicos é a garantia de emprego do trabalhador público e o investimento em um quadro próprio de servidores ao interesse público, ressaltando e cobrando o seu status perante a res pública, ou seja, não como um mero empregado, mas como um agente público, cuja função está diretamente ligada à defesa do bem-estar da sociedade.

Mesmo assim, os ataques contra a garantia de emprego são frequentes por parte dos setores médios, interessados na privatização dos serviços para ampliação de seus mercados. A mídia hegemônica, controlada por esses setores e corporações empresariais, é a porta-voz dos ataques contra os trabalhadores públicos. Nesse sentido caminha a reforma da previdência, para acabar com a aposentadoria especial, a PEC 241, para sufocar os trabalhadores públicos e promover PDVIs amplos, buscando justamente cada vez mais terceirizar e precarizar os serviços públicos.

Não há como amenizar o debate ideológico, mas é preciso enfrentá-lo: a questão que precisa ser debatida não é somente em que medida a terceirização é mais barata ou não para o Estado e a sociedade, ou em que medida é o “barato que sai caro”, mas qual o atendimento que o Estado deve prover ao amplo conjunto da sociedade que utiliza o sistema público: de qualidade e amplo, ou sucateado? A saúde pública catarinense, por exemplo, vive uma terrível crise devido à parceria entre público e privado, onde a gestão dos hospitais públicos é de responsabilidade das Organizações Sociais, um exemplo de como a terceirização é custosa aos cofres públicos, já que a dívida do Estado com as OS's ultrapassa R\$ 50 milhões, sem contar as filas para cirurgias, além da falta de materiais.

Difícil cogitar um sistema universal, por exemplo, de saúde e educação, que não mantenha uma política de ampliação e valorização dos trabalhadores públicos; ou que, ainda, sem investir nas estatais, em vez de abrir mão do patrimônio público. Medidas cobijadas por interesses contrários à res pública, como a privatização e a terceirização, visam implementar um fardo insustentável tanto sobre os trabalhadores públicos como sobre o conjunto da população que depende dos serviços essenciais, perpetuando o Estado como seu balcão de negócios privados.



Por Eduardo Galeano

Seus inimigos dizem que foi rei sem coroa e que confundia a unidade com a unanimidade.

E nisso seus inimigos têm razão.

Seus inimigos dizem que, se Napoleão tivesse tido um jornal como o Granma, nenhum francês ficaria sabendo do desastre de Waterloo.

E nisso seus inimigos têm razão.

Seus inimigos dizem que exerceu o poder falando muito e escutando pouco, porque estava mais acostumado aos ecos que às vozes.

E nisso seus inimigos têm razão.

Mas seus inimigos não dizem que não foi para posar para a História que abriu o peito para as balas quando veio a invasão, que enfrentou os furacões de igual pra igual, de furacão a furacão, que sobreviveu a 637 atentados, que sua contagiosa energia foi decisiva para transformar uma colônia em pátria e que não foi nem por feitiço de mandinga nem por milagre de Deus que essa nova pátria conseguiu sobreviver a dez presidentes dos Estados Unidos, que já estavam com o guardanapo no pescoço para almoçá-la de faca e garfo.

E seus inimigos não dizem que Cuba é um raro país que não compete na Copa Mundial do Capacho.

E não dizem que essa revolução, crescida no castigo, é o que pôde ser e não o quis ser. Nem dizem que em grande medida o muro entre o desejo e a realidade foi se fazendo mais alto e mais largo graças ao bloqueio imperial, que afogou o desenvolvimento da democracia a la cubana, obrigou a militarização da sociedade e outorgou à burocracia, que para cada solução tem um problema, os argumentos que necessitava para se justificar e perpetuar.

E não dizem que apesar de todos os pesares, apesar das agressões de fora e das arbitrariedades de dentro, essa ilha sofrida mas obstinadamente alegre gerou a sociedade latino-americana menos injusta.

E seus inimigos não dizem que essa façanha foi obra do sacrifício de seu povo, mas também foi obra da pertinaz vontade e do antiquado sentido de honra desse cavaleiro que sempre se bateu pelos perdedores, como um certo Dom Quixote, seu famoso colega dos campos de batalha.

(Do livro "Espelhos, uma história quase universal") Tradução: Eric Nepomuceno